

Normas técnicas para publicações na Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul

A Revista do Ministério Público é uma publicação semestral, como início no fim do ano de 1941. É editada pela Associação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, mas a publicação é dirigida tanto aos seus membros, como para comunidade jurídica, como professores, pesquisadores e demais profissionais envolvidos em estudos produzidos na área do Direito ou afim.

Não serão aceitos artigos que violem os princípios e valores constitucionais do Ministério Público, enquanto “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.”

A Revista adota as seguintes normas editoriais

1. Serão aceitos apenas trabalhos inéditos. Salvo se publicados internacionalmente. Ou em outra unidade da federação, mas desde que elaborado por autor com título de doutorado.
2. Os artigos passarão pela apreciação dos Editores na modalidade “às cegas”.
3. Os Editores encaminharão os artigos para apreciação do Conselho Editorial, e também, se necessário, para o Conselho de Professores Convidados, para análise, na qual será recomendada ou rejeitada a publicação.
4. Os pareceres comportarão três possibilidades:
 - a) aceitação integral;
 - b) aceitação com reformulações;
 - c) recusa integral. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos.
5. Os autores serão informados sobre eventuais modificações a serem realizadas.
6. Os Editores e o Conselho Editorial reservam-se o direito de fazer pequenas alterações no texto dos artigos. Modificações substanciais serão solicitadas aos autores com prazo definido.
7. Os artigos serão aceitos em outra língua, além da portuguesa. Mas deverão também conter título, resumo, palavras-chave e sumário em português.
8. As opiniões emitidas nos artigos são de inteira responsabilidade do(s) autor(es), não constituindo sua aceitação motivo para se entender que os responsáveis pela Revista do Ministério Público compartilham das suas opiniões ou juízos.
9. Os direitos autorais obtidos pela publicação do artigo não serão repassados para o autor. Trata-se de publicação gratuita, científica e sem fins lucrativos.
10. A titulação mínima do autor para a publicação é a de Especialista em Direito, Mestrando ou equivalente.

Forma de apresentação dos manuscritos

Os artigos deverão ser encaminhados por e-mail (em PDF e WORD), digitados em espaço de 1,5 nos parágrafos, fonte Times New Roman, tamanho 12, com o número de páginas apropriado à categoria em que o trabalho se insere, em folha A4, com formatação de margens superior e esquerda de 3 cm, inferior e direita de 2 cm, em páginas numeradas iniciando em 01, além da observância das demais normas editadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Ainda, as **referências** deverão atender ao seguinte padrão:

- a) Todas obras citadas devem constar no final, sem utilização de “_____” para substituição de nome de autor que se repita.
- b)- Citação pelo sistema de nota de rodapé com informação completa. Ou pelo método Autor e data.

A apresentação dos trabalhos deverá seguir as seguintes orientações:

ELEMENTOS OBRIGATÓRIOS (Nesta Ordem):

- | | |
|---|--|
| 1. Título | 6. Os itens 1, 3, 4 e 5 em português e língua estrangeira (preferencialmente inglês: title, abstract, keywords e summary). |
| 2. Nome do(s) autor(es), com nota de rodapé contendo: formação acadêmica, profissão e e-mail; | 7. Introdução. |
| 3. Resumo (mínimo 100 e máximo 300 palavras) | 8. Desenvolvimento |
| 4. Cinco (5) Palavras-chave | 9. Considerações Finais |
| 5. Sumário. | 10. Referências. |

CATEGORIAS

1. **ENSAIOS JURÍDICOS** - Textos entre 6 a 12 páginas. Ou de associado da AMPRS sem titulação. Ou peças processuais que deverão conter os elementos supra de 1 a 4.
2. **ARTIGOS DE DOCTRINA** - Textos entre 13 e 30 páginas;
3. **ARTIGOS DE DOCTRINA INTERNACIONAL** - Textos entre 13 e 30 páginas de pesquisa jurídica, por autor estrangeiro ou sobre norma estrangeira.

Demais formatações, seguir o disposto na ABNT.

Padrão Editorial

Todo manuscrito encaminhado à Revista deverá estar de acordo com as normas éticas de pesquisa, vigentes na área do respectivo trabalho, e deverá estar acompanhado de uma carta assinada pelo autor principal, onde esteja explícita a intenção de submissão do trabalho à publicação, contendo autorização para reformulação da linguagem, quando necessário, dispensando os direitos autorais e declarando se tratar de texto inédito, salvo a exceção admitida. Em caso de autoria múltipla, a versão final deverá ter a assinatura de todos os autores.

Classificação: Qualis A4.

Títuloção Mínima: Especialista, Mestrando ou equivalente.

Periodicidade: Semestral (janeiro a junho e julho a dezembro).

Prazo: Revista Ímpar, até 31 de março. Revista Par, até 31 de agosto.

Endereço para envio: revistadaamprs@gmail.com

Site da Revista: <https://www.revistadomprs.org.br/index.php/amprs>

Porto Alegre. Direção da Revista do Ministério Público do Rio G. do Sul – AMPRS